



PREFEITURA DE  
**BRUSQUE**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE FUNDAÇÃO CULTURAL CONCURSO PÚBLICO 002/2018



### RESPOSTA AOS RECURSOS

Segue análise dos recursos interpostos pelos candidatos, referente ao Concurso Público – Edital 002/2018, da Prefeitura Municipal de Brusque – Fundação Cultural, realizado dia 16 de setembro de 2018.

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	CARGO	QUESTÃO	ANÁLISE E PARECER
171425	ANA CAROLINE OLIVEIRA DA SILVA	Arte Educador - Teatro	12	<p><b>ANÁLISE:</b> A questão está correta. A única alternativa correta é a letra E. O candidato tinha a sua disposição em um percentual quantificado (47%). O fato de não se trabalhar com o arredondamento para cima, não invalida a questão uma vez que a alternativa apresenta um reforço ao percentual (quase a metade da América do Sul). Ademais, das orientações do caderno de provas consta: Leia atentamente todas as questões e assinale a alternativa que julgar correta ou mais adequada.</p> <p><b>Parecer: Recurso Indeferido.</b></p>
171309	ANDREIA DIRSCHNABEL	Arte Educador - Desenho Realista	14	<p><b>ANÁLISE:</b> A questão 14 tem apenas a alternativa A como resposta correta. Nenhuma outra alternativa pode ser considerada correta. A palavra “desenho” precisa ser interpretada no contexto da questão que trata de desenvolvimento urbano, ou seja, desenho como sinônimo de traçado, de proposta, de redesenho, de mudança de paradigma.</p> <p><b>Parecer: Recurso Indeferido.</b></p>
171157	ANDREIA RODRIGUES FRANÇA	Agente Administrativo	6	<p><b>ANÁLISE:</b> Na notícia “Brasil intensifica fiscalização para assegurar direitos de imigrantes venezuelanos.”, só pode ser usada a palavra Imigrante (in + migrante) = aquele que imigra, ou seja, que entra num país para nele viver. No caso, notório, os venezuelanos estão entrando no Brasil para nele viver, por isso o País está intensificando a fiscalização para lhes assegurar direitos. Diante disso, indeferimos o pedido de alteração de gabarito.</p> <p><b>Parecer: Recurso Indeferido.</b></p>

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	CARGO	QUESTÃO	ANÁLISE E PARECER
171795	CARLA MYLAINE DE CAMARGO	Agente Administrativo	4	<p><b>ANÁLISE:</b> Em nenhuma hipótese, a afirmativa I poderá ser considerada correta exatamente porque diz que essa construção (concordância com o sujeito) está errada, o que não é verdade, pois “as regras gramaticais da língua portuguesa admitem a exceção para o caso onde as frases sejam compostas por expressões denominadas PARTITIVAS, podendo concordar com o sujeito OU com essas expressões”. Ambas as concordâncias estão corretas. Diante disso, indeferimos o pedido de alteração de gabarito.</p> <p><b>Parecer: Recurso Indeferido.</b></p>
171795	CARLA MYLAINE DE CAMARGO	Agente Administrativo	20	<p><b>ANÁLISE:</b> As atividades de saneamento dizem respeito ao abastecimento de água, coleta e disposição de águas residuárias, acondicionamento, coleta, transporte e destino final do lixo, controle da poluição das águas e do ar, exterminio de roedores e insetos, higienização de habitações e dos locais de trabalho. Infraestrutura urbana diz respeito ao conjunto de sistemas técnicos de equipamentos e serviços necessários ao desenvolvimento das funções urbanas. Infraestrutura urbana designa os serviços ou obras públicas que fazem parte de um ambiente urbano, dentre os quais podemos citar: rede de energia elétrica, rede de saneamento básico, rede de gás e outros.</p> <p>O enunciado da questão é específico e se refere a um serviço público específico: o saneamento urbano.</p> <p><b>Parecer: Recurso Indeferido.</b></p>
168957	CRISTIANE BARBOSA RODRIGUES	Agente Administrativo	8	<p><b>Questão anulada. Recurso Deferido.</b></p>
168957	CRISTIANE BARBOSA RODRIGUES	Agente Administrativo	18	<p><b>ANÁLISE:</b> A violência contra a mulher é um problema cultural e social e, tanto os <b>aspectos culturais e sociais do Brasil</b>, estão contemplados no edital 002/2018. Além disso, a violência contra a mulher, o feminicídio e, consequentemente, a Lei Maria da Penha são assuntos amplamente divulgados e debatidos em <b>jornais, revistas e televisão</b>. A lei Maria da Penha é reconhecida pela ONU como uma das três melhores legislações do mundo no enfrentamento à violência contra as mulheres.</p> <p><b>“98% da população conhece a legislação.</b> Apenas 2% das pessoas no País nunca ouviram falar da lei Maria da Penha, segundo a pesquisa Violência e Assassinatos de Mulheres (Data Popular/Instituto Patrícia Galvão, 2013)” <a href="http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/10/9-fatos-que-voce-precisa-saber-sobre-a-lei-maria-da-penha">http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/10/9-fatos-que-voce-precisa-saber-sobre-a-lei-maria-da-penha</a>. Portanto, além de amparado pela programação prevista na norma editalícia, o conteúdo da questão é de domínio público.</p> <p>Destaca-se ainda, que a questão não trata da especificidade da lei, ao contrário, trata do alcance social da referida medida.</p> <p><b>Parecer: Recurso Indeferido.</b></p>
171643	GILBERTO FRANCISCO MAGALHÃES CAPELETTO	Arte Educador - Instrumentos de Cordas 40h/s	35	<p><b>ANÁLISE:</b> De acordo com o Ministério da Cultura, a FUNARTE é o órgão responsável pelo desenvolvimento de políticas públicas de fomento às artes visuais, à música, ao teatro, à dança e ao circo. Os principais objetivos da instituição são o incentivo à produção e à capacitação de artistas, o desenvolvimento da pesquisa, a preservação da memória e a formação de público para as artes no Brasil. A Funarte concede bolsas e prêmios, mantém programas de circulação de artistas e bens culturais, promove oficinas, publica livros, recupera e disponibiliza acervos, provê consultoria técnica e apoia eventos culturais em todos os estados brasileiros e no exterior. Já a ANCINE é uma agência reguladora cuja missão institucional é induzir condições isonômicas de competição nas relações dos</p>

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	CARGO	QUESTÃO	ANÁLISE E PARECER
				agentes econômicos da atividade cinematográfica e videofonográfica no Brasil, proporcionando o desenvolvimento de uma indústria forte, competitiva e auto-sustentada. Enfrenta o desafio de aprimorar seus instrumentos regulatórios, atuando em todos os elos da cadeia produtiva do setor, incentivando o investimento privado, para que mais produtos audiovisuais nacionais e independentes sejam vistos por um número cada vez maior de brasileiros. Pelo exposto, ratifica-se o gabarito. <b>Parecer: Recurso Indeferido.</b>
169500	GISELE WEBER DOS SANTOS MACHADO	Agente Administrativo	8	<b>Questão anulada. Recurso Deferido.</b>
169500	GISELE WEBER DOS SANTOS MACHADO	Agente Administrativo	32	<b>ANÁLISE:</b> A mensagem de “erro #N/D” é nativa a todas as versões do Excel, não sendo necessário a versão do Excel para se obter a resposta correta. <b>Parecer: Recurso Indeferido.</b>
168580	GLEISIANE SOUSA MOREIRA	Agente Administrativo	18	<b>ANÁLISE:</b> A violência contra a mulher é um problema cultural e social e, tanto os <b>aspectos culturais e sociais do Brasil</b> , estão contemplados no edital 002/2018. Além disso, a violência contra a mulher, o feminicídio e, consequentemente, a Lei Maria da Penha são assuntos amplamente divulgados e debatidos em <b>jornais, revistas e televisão</b> . A lei Maria da Penha é reconhecida pela ONU como uma das três melhores legislações do mundo no enfrentamento à violência contra as mulheres. “ <b>98% da população conhece a legislação.</b> Apenas 2% das pessoas no País nunca ouviram falar da lei Maria da Penha, segundo a pesquisa Violência e Assassinatos de Mulheres (Data Popular/Instituto Patrícia Galvão, 2013)” <a href="http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/10/9-fatos-que-voce-precisa-saber-sobre-a-lei-maria-da-penha">http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/10/9-fatos-que-voce-precisa-saber-sobre-a-lei-maria-da-penha</a> . Portanto, além de amparado pela programação prevista na norma editalícia, o conteúdo da questão é de domínio público. Destaca-se ainda, que a questão não trata da especificidade da lei, ao contrário, trata do alcance social da referida medida. <b>Parecer: Recurso Indeferido.</b>
171429	GUILHERME PEDRO OHLWEILER	Agente Administrativo	8	<b>Questão anulada. Recurso Deferido.</b>
171321	ITAYARA SCHAYANE VELOSO ALBINO	Agente Administrativo	8	<b>Questão anulada. Recurso Deferido.</b>
170930	JULIANA MAURICI MONTIBELLER LIMA	Agente Administrativo	8	<b>Questão anulada. Recurso Deferido.</b>
170717	KELEN CRISTIANE PINTO SOARES ZAZYKI	Agente Administrativo	40	<b>ANÁLISE:</b> “Define-se ética como sendo a capacidade de ação livre e autônoma do indivíduo. Significa, acima de tudo, a capacidade de resistência que um indivíduo tem em face das externas pressões advindas do meio (inclusive pressões morais legítimas). A ética, portanto, remete à condição humana de discernir, diante de suas considerações morais, a maneira de agir em meio às situações que se apresentam em seu cotidiano e no ambiente em que se insere, de modo a reverenciar o coletivo”. (OLIVEIRA, 2017). A disposição da questão não exclui a lei apontada, contudo, a própria explicação da resolução reproduzida comprova sua inadequação ao requerido. Ademais, a questão delimita-se a 4 patamares: erros de marketing, erros profissionais, erros éticos e erros morais e, dentro destes, é correto o que se afirma no gabarito. <b>Parecer: Recurso Indeferido.</b>
171667	LARISSA BRUNIELLI TEIXEIRA RAIOL BRITO	Agente Administrativo	18	<b>ANÁLISE:</b> A violência contra a mulher é um problema cultural e social e, tanto os <b>aspectos culturais e sociais do Brasil</b> , estão contemplados no edital 002/2018. Além disso, a violência contra a mulher, o feminicídio e, consequentemente, a Lei Maria da Penha são assuntos amplamente divulgados e debati-

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	CARGO	QUESTÃO	ANÁLISE E PARECER
				<p>dos em <b>jornais, revistas e televisão</b>. A lei Maria da Penha é reconhecida pela ONU como uma das três melhores legislações do mundo no enfrentamento à violência contra as mulheres.</p> <p><b>“98% da população conhece a legislação.</b> Apenas 2% das pessoas no País nunca ouviram falar da lei Maria da Penha, segundo a pesquisa Violência e Assassinatos de Mulheres (Data Popular/Instituto Patrícia Galvão, 2013)” <a href="http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/10/9-fatos-que-voce-precisa-saber-sobre-a-lei-maria-da-penha">http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/10/9-fatos-que-voce-precisa-saber-sobre-a-lei-maria-da-penha</a>. Portanto, além de amparado pela programação prevista na norma editalícia, o conteúdo da questão é de domínio público.</p> <p>Destaca-se ainda, que a questão não trata da especificidade da lei, ao contrário, trata do alcance social da referida medida.</p> <p><b>Parecer: Recurso Indeferido.</b></p>
171763	LAURA GABRIELA NICACIO CACERES TELLES	Agente Administrativo	4	<p><b>ANÁLISE:</b> Em nenhuma hipótese, pode-se argumentar que o pronome demonstrativo “esse” não se refere a “ensino médio”, uma vez que os pronomes demonstrativos também têm a função de retomar palavras (termos) intra e interparágrafos ou em orações.</p> <p>A saber: “Esse” é usado para retomar um termo, uma ideia ou uma oração já mencionados. Por exemplo: <i>A Terra gira em torno do Sol. Esse movimento é conhecido como translação.</i></p> <p>No excerto “O Brasil é um dos países com o maior número de pessoas sem diploma do <b>ensino médio</b>: mais da metade dos adultos (52%) com idade entre 25 e 64 anos não atingiram <b>esse nível de formação...</b>”, ‘esse’ claramente se refere a ‘ensino médio’, porque o único nível de formação de que trata o texto anteriormente é “ensino médio”.</p> <p><b>Parecer: Recurso Indeferido.</b></p>
171257	LETICIA SOARES DOS ANJOS	Agente Administrativo	8	<p><b>Questão anulada. Recurso Deferido.</b></p>
171422	LILIANE FERREIRA GONÇALVES	Agente Administrativo	18	<p><b>ANÁLISE:</b> A violência contra a mulher é um problema cultural e social e, tanto os <b>aspectos culturais e sociais do Brasil</b>, estão contemplados no edital 002/2018. Além disso, a violência contra a mulher, o feminicídio e, consequentemente, a Lei Maria da Penha são assuntos amplamente divulgados e debatidos em <b>jornais, revistas e televisão</b>. A lei Maria da Penha é reconhecida pela ONU como uma das três melhores legislações do mundo no enfrentamento à violência contra as mulheres.</p> <p><b>“98% da população conhece a legislação.</b> Apenas 2% das pessoas no País nunca ouviram falar da lei Maria da Penha, segundo a pesquisa Violência e Assassinatos de Mulheres (Data Popular/Instituto Patrícia Galvão, 2013)” <a href="http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/10/9-fatos-que-voce-precisa-saber-sobre-a-lei-maria-da-penha">http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/10/9-fatos-que-voce-precisa-saber-sobre-a-lei-maria-da-penha</a>. Portanto, além de amparado pela programação prevista na norma editalícia, o conteúdo da questão é de domínio público.</p> <p>Destaca-se ainda, que a questão não trata da especificidade da lei, ao contrário, trata do alcance social da referida medida.</p> <p><b>Parecer: Recurso Indeferido.</b></p>
171421	MARCIANE INOCENTE LIBARDO	Agente Administrativo	8	<p><b>Questão anulada. Recurso Deferido.</b></p>
171421	MARCIANE INOCENTE LIBARDO	Agente Administrativo	18	<p><b>ANÁLISE:</b> A violência contra a mulher é um problema cultural e social e, tanto os <b>aspectos culturais e sociais do Brasil</b>, estão contemplados no edital 002/2018. Além disso, a violência contra a mulher, o feminicídio e, consequentemente, a Lei Maria da Penha são assuntos amplamente divulgados e debati-</p>

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	CARGO	QUESTÃO	ANÁLISE E PARECER
				<p>dos em <b>jornais, revistas e televisão</b>. A lei Maria da Penha é reconhecida pela ONU como uma das três melhores legislações do mundo no enfrentamento à violência contra as mulheres.</p> <p><b>“98% da população conhece a legislação.</b> Apenas 2% das pessoas no País nunca ouviram falar da lei Maria da Penha, segundo a pesquisa Violência e Assassinatos de Mulheres (Data Popular/Instituto Patrícia Galvão, 2013)” <a href="http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/10/9-fatos-que-voce-precisa-saber-sobre-a-lei-maria-da-penha">http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/10/9-fatos-que-voce-precisa-saber-sobre-a-lei-maria-da-penha</a>. Portanto, além de amparado pela programação prevista na norma editalícia, o conteúdo da questão é de domínio público.</p> <p>Destaca-se ainda, que a questão não trata da especificidade da lei, ao contrário, trata do alcance social da referida medida.</p> <p><b>Parecer: Recurso Indeferido.</b></p>
171421	MARCIANE INOCENTE LIBARDO	Agente Administrativo	20	<p><b>ANÁLISE:</b> As atividades de saneamento dizem respeito ao abastecimento de água, coleta e disposição de águas residuárias, acondicionamento, coleta, transporte e destino final do lixo, controle da poluição das águas e do ar, extermínio de roedores e insetos, higienização de habitações e dos locais de trabalho. Infraestrutura urbana diz respeito ao conjunto de sistemas técnicos de equipamentos e serviços necessários ao desenvolvimento das funções urbanas. Infraestrutura urbana designa os serviços ou obras públicas que fazem parte de um ambiente urbano, dentre os quais podemos citar: rede de energia elétrica, rede de saneamento básico, rede de gás e outros.</p> <p>O enunciado da questão é específico e se refere a um serviço público específico: o saneamento urbano.</p> <p><b>Parecer: Recurso Indeferido.</b></p>
171421	MARCIANE INOCENTE LIBARDO	Agente Administrativo	29	<p><b>ANÁLISE:</b> Dos conjuntos numéricos utilizados em matemática temos:</p> <p><i><b>NATURAIS ∈ INTEIROS ∈ RACIONAIS ∈ REAIS</b></i>  <i><b>IRRACIONAIS ∈ REAIS</b></i></p> <p>Dessa forma:  um número natural é inteiro, racional e real;  um número inteiro é racional e real;  um número racional é real;  um número irracional é real;</p> <p><b>Parecer: Recurso Indeferido.</b></p>
171008	MATEUS SOARES	Agente Administrativo	8	<b>Questão anulada. Recurso Deferido.</b>
171666	MAURICIO MOURA FERREIRA	Agente Administrativo	8	<b>Questão anulada. Recurso Deferido.</b>
168693	RAFAEL BRASIL	Agente Administrativo	8	<b>Questão anulada. Recurso Deferido.</b>
171289	ROBSON WILLIAM STEINHEUSER	Agente Administrativo	18	<p><b>ANÁLISE:</b> A violência contra a mulher é um problema cultural e social e, tanto os <b>aspectos culturais e sociais do Brasil</b>, estão contemplados no edital 002/2018. Além disso, a violência contra a mulher, o feminicídio e, consequentemente, a Lei Maria da Penha são assuntos amplamente divulgados e debatidos em <b>jornais, revistas e televisão</b>. A lei Maria da Penha é reconhecida pela ONU como uma das três melhores legislações do mundo no enfrentamento à violência contra as mulheres.</p>

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	CARGO	QUESTÃO	ANÁLISE E PARECER
				<p><b>“98% da população conhece a legislação.</b> Apenas 2% das pessoas no País nunca ouviram falar da lei Maria da Penha, segundo a pesquisa Violência e Assassinatos de Mulheres (Data Popular/Instituto Patrícia Galvão, 2013)” <a href="http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/10/9-fatos-que-voce-precisa-saber-sobre-a-lei-maria-da-penha">http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/10/9-fatos-que-voce-precisa-saber-sobre-a-lei-maria-da-penha</a>. Portanto, além de amparado pela programação prevista na norma editalícia, o conteúdo da questão é de domínio público. Destaca-se ainda, que a questão não trata da especificidade da lei, ao contrário, trata do alcance social da referida medida.</p> <p><b>Parecer: Recurso Indeferido.</b></p>
171278	SAMUEL OLIVEIRA DA SILVA	Agente Administrativo	12	<p><b>ANÁLISE:</b> O requerente está equivocado. O tema da questão 12 é pertinente à geografia. O edital prevê: “Aspectos históricos, culturais, geográficos, sociais e econômicos do Brasil, Santa Catarina e Brusque.” A questão está relacionada a temas pertinentes à geografia: dimensão socioambiental, território, lugar, região, floresta, biodiversidade, flora, fauna.</p> <p><b>Parecer: Recurso Indeferido.</b></p>
168617	SYLVIVAS PARREIRA ROJAS	Agente Administrativo	8	<b>Questão anulada. Recurso Deferido.</b>
171736	THAÍS ROCHA DA SILVA	Agente Administrativo	8	<b>Questão anulada. Recurso Deferido.</b>
171424	THIAGO LUIZ DA COSTA MARTINS	Arte Educador - Teatro	27	<p><b>ANÁLISE:</b> Estava presente no conteúdo programático o “Drama como método de ensino”, as fontes mencionadas constam como justificativas da origem das perguntas e não como bibliografia. Tais fontes são imprescindíveis para a formação do professor de teatro.</p> <p><b>Parecer: Recurso Indeferido.</b></p>
171210	TIAGO KAESTNER	Agente Administrativo	8	<b>Questão anulada. Recurso Deferido.</b>
171210	TIAGO KAESTNER	Agente Administrativo	20	<p><b>ANÁLISE:</b> As atividades de saneamento dizem respeito ao abastecimento de água, coleta e disposição de águas residuárias, acondicionamento, coleta, transporte e destino final do lixo, controle da poluição das águas e do ar, extermínio de roedores e insetos, higienização de habitações e dos locais de trabalho. Infraestrutura urbana diz respeito ao conjunto de sistemas técnicos de equipamentos e serviços necessários ao desenvolvimento das funções urbanas. Infraestrutura urbana designa os serviços ou obras públicas que fazem parte de um ambiente urbano, dentre os quais podemos citar: rede de energia elétrica, rede de saneamento básico, rede de gás e outros.</p> <p>O enunciado da questão é específico e se refere a um serviço público específico: o saneamento urbano.</p> <p><b>Parecer: Recurso Indeferido.</b></p>
171490	VANESSA MARTINS	Agente Administrativo	8	<b>Questão anulada. Recurso Deferido.</b>
171490	VANESSA MARTINS	Agente Administrativo	16	<p><b>ANÁLISE:</b> A questão 16 está amparada pelo edital 002/2018, Anexo V, Conteúdos Programáticos, ou seja: Aspectos históricos, culturais, sociais e econômicos do Brasil. Cultura e sociedade brasileira: jornais, política, revistas, televisão. Mais especificamente, a geografia + política e as relações do espaço entre o Estado e o espaço geográfico. Trata-se do poder do estado exercido por um conjunto de instituições governamentais, executivas e judiciárias, instituições essas que regula a vida política da sociedade instituída no interior de seu território.</p> <p><b>Parecer: Recurso Indeferido.</b></p>
171490	VANESSA MARTINS	Agente Administrativo	40	<p><b>ANÁLISE:</b> “Define-se ética como sendo a capacidade de ação livre e autônoma do indivíduo. Significa, acima de tudo, a capacidade de resistência que um indivíduo tem em face das externas pressões advindas do meio (inclusive pressões</p>

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	CARGO	QUESTÃO	ANÁLISE E PARECER
				morais legítimas). A ética, portanto, remete à condição humana de discernir, diante de suas considerações morais, a maneira de agir em meio às situações que se apresentam em seu cotidiano e no ambiente em que se insere, de modo a reverenciar o coletivo". (OLIVEIRA, 2017). Pelo exposto, ratifica-se o gabarito. <b>Parecer: Recurso Indeferido.</b>

Brusque, 24 de setembro de 2018.

Atenciosamente,

**Coordenação do Concurso FURB**